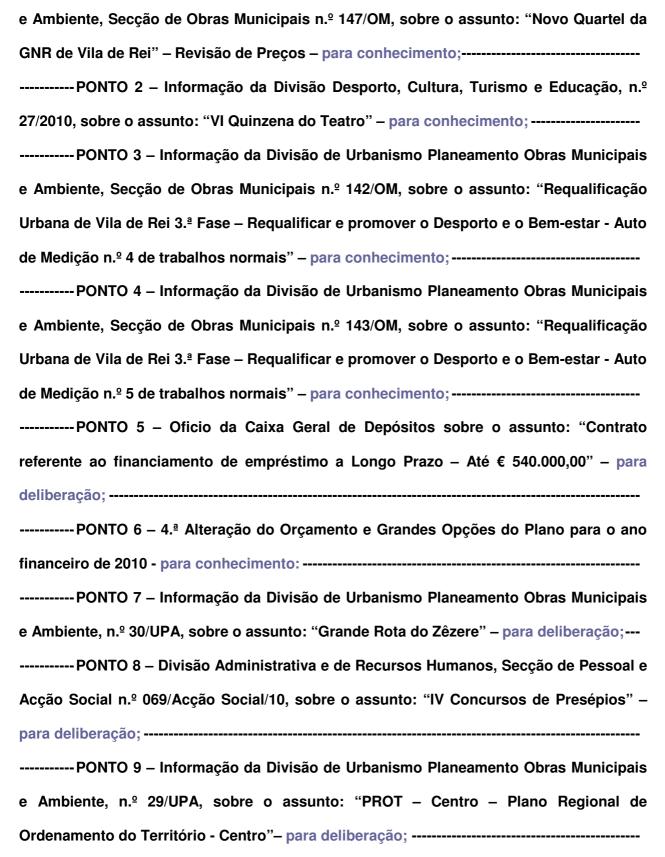


<u>ACTA N.º 22/2010</u>
ACTA APROVADA EM MINUTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE VILA DE REI
<u>DATA DA REALIZAÇÃO:</u> 05 DE NOVEMBRO DE 2010
<u>PRESENÇAS:</u> Presidente: Maria Irene da Conceição Barata Joaquim
Vice-Presidente – Ricardo Jorge Martins Aires
Vereadores: António Jorge Martins Tavares, José Januário Jerónimo e Paulo César
Laranjeira Luís
SECRETARIOU: Ana Lúcia Mateus Francisco, Assistente Técnica
Maria Irene da Conceição Barata Joaquim, eram cerca de 10h04m
<u>RECTIFICAÇÃO</u>
Na acta n.º21/2010 de 15 de Outubro de 2010, no PONTO FORA DA ORDEM DO DIA
N.º 1 - Proposta do Gabinete da Presidência sobre o assunto: "Abertura de
Procedimento Concursal Comum (contrato a Termo Certo Resolutivo)" - para
deliberação
" Onde se lê: "Referência A:
Carreira e categoria - 1 Técnico Superior/ Técnico Superior;
Nível Habilitacional - (Licenciatura em Engenharia Civil)
Remuneração - Nos termos do artº55, da Lei nº12-A/2008, de 27 de Fevereiro, d
posicionamento do trabalhador recrutado irá ter lugar numa das posições remuneratórias da
categoria (nunca inferior à 2º posição e nível remuneratório 15) sendo objecto de negociação
com esta entidade e irá ocorrer nas condições estabelecidas no presente diploma
Composição do júri
Presidente - Domingos Laranjeira Mendes, Chefe da Divisão Financeira e

Patrimonial
Vogais Efectivos: 1º- Luís Manuel Cardiga Lopes, Técnico Superior (engenheiro
Civil); 2º- Maria Manuela dos Santos Ramos Brito, Técnica Superior (Jurista);
Vogais Suplentes: 1º- Bruno Filipe Laranjeira Tereso, Técnico Superior (engenheiro
Civil); 2º- João Paulo Vicente Alves, Técnico Superior (Jurista)
" <u>Deve ler-se</u> : " Referência A:
Carreira e categoria - 1 Técnico Superior/ Técnico Superior;
Nível Habilitacional - (Licenciatura em Engenharia Civil);
Remuneração - Nos termos do artº55, da Lei nº12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o
posicionamento do trabalhador recrutado irá ter lugar numa das posições remuneratórias da
categoria (nunca inferior à 2º posição e nível remuneratório 15) sendo objecto de negociação
com esta entidade e irá ocorrer nas condições estabelecidas no presente diploma
Composição do júri
Presidente - Domingos Laranjeira Mendes, Chefe da Divisão Financeira e
Patrimonial
Vogais Efectivos: 1º- Luís Manuel Cardiga Lopes, Técnico Superior (engenheiro
Civil); 2º- Maria Manuela dos Santos Ramos Brito, Técnica Superior (Jurista);
Vogais Suplentes: 1º- Bruno Filipe Laranjeira Tereso, Técnico Superior (engenheiro
Civil); 2º- João Paulo Vicente Alves, Técnico Superior (Jurista)
Carreira e categoria - 1 Assistente Operacional (Conteúdo funcional de Auxiliar
Administrativo)
Nível habilitacional - Escolaridade obrigatória de acordo com a idade, sem
possibilidade de substituição por formação ou experiência profissional
Remuneração – Será determinada por negociação com esta Entidade, de acordo com

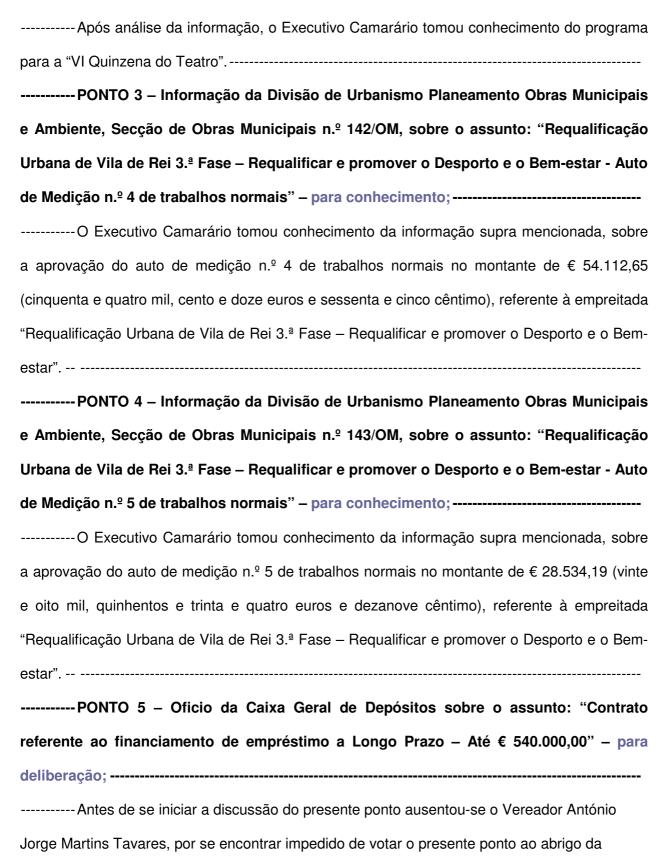


(Continuação da acta nº22/2010, de 05 de Novembro de 2010)
o n^{ϱ} 1, do art $^{\varrho}$ 55, da Lei n^{ϱ} 12-A/2008, de 27 de Fevereiro
Referência B;
Presidente – Domingos Laranjeira Mendes, Chefe da Divisão Financeira e
Patrimonial
Vogais Efectivos: 1º- Ana Maria Louvado Meneses dos Santos, Coordenadora
Técnica da Secção de Pessoal, Arquivo e Expediente
2º- Maria Manuela dos Santos Ramos Brito, Técnica Superior (Jurista)
Vogais Suplentes: 1º- João Paulo Vicente Alves, Técnico Superior (Jurista); 2º- Maria
Margarida Prior Dias, Assistente Técnica
Na acta n.º21/2010 de 15 de Outubro de 2010, no <u>PERÍODO PARA</u>
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO - nº 5 DO ARTIGO 84º DA LEI Nº 169/99, DE 18 DE
SETEMBRO NA REDACÇÃO DADA PELA LEI № 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO
" Onde se lê: A Presidente da Câmara cumprimentou a Sr. João Soares, da
localidade de Portela presente na sala, e questionou qual o motivo que a traz à reunião."
" deve ler-se: A Presidente da Câmara cumprimentou o Sr. Carlos Soares, da
localidade de Portela presente na sala, e questionou qual o motivo que o traz à reunião."
APROVAÇÃO DE ACTA EM MINUTA
De acordo com o disposto no n.º3 do artigo 92 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro,
com as alterações introduzidas pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal
deliberou, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta a fim de produzir efeitos
imediatos
ORDEM DO DIA (ARTº 87º DA LEI Nº169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA
<u>REDACÇÃO DADA PELA LEI № 5-A / 2002, DE 11 DE JANEIRO)</u> :
PONTO 1 – Informação da Divisão de Urbanismo Planeamento Obras Municipais





(Continuação da acta nº22/2010, de 05 de Novembro de 2010)
PONTO 10 – Oficio da Associação de Pais e encarregados de Educação dos
Alunos do Agrupamento de Escolas de Vila de Rei, sobre o assunto: "Ensino Secundário
em vila de rei - explicações" para deliberação;
PONTO 11 – Informação da Divisão de Urbanismo Planeamento Obras Municipais
e Ambiente, Secção de Obras Municipais n.º 151/OM, sobre o assunto: "Requalificação
Urbana de Vila de Rei 3.ª Fase – Requalificar e promover o Desporto e o Bem-estar - Auto
de Medição n.º 6 de trabalhos normais" – para conhecimento;
PONTO 12 – Informação da Divisão de Urbanismo Planeamento Obras Municipais
e Ambiente, Secção de Obras Municipais n.º 152/OM, sobre o assunto: "Requalificação
Urbana de Vila de Rei 3.ª Fase – Requalificar e promover o Desporto e o Bem-estar - Auto
de Medição n.º 7 de trabalhos normais" – para conhecimento;
PONTO 13 – E-mail do Deputado Carlos São Martinho sobre a decisão da Sr.ª
Ministra da Saúde relativamente aos cuidados de saúde hospitalar da população do
concelho de Vila de Rei – para conhecimento;
<u>DELIBERAÇÕES TOMADAS</u>
PONTO 1 – Informação da Divisão de Urbanismo Planeamento Obras Municipais
e Ambiente, Secção de Obras Municipais n.º 147/OM, sobre o assunto: "Novo Quartel da
GNR de Vila de Rei" – Revisão de Preços – para conhecimento;
O Executivo Camarário tomou conhecimento da informação supra mencionada, sobre
a aprovação da revisão de preços, no valor de € - 15.165,29 (menos quinze mil, cento e
sessenta e cinco euros e vinte e nove cêntimos) referente à empreitada "Novo Quartel da GNR
de Vila de Rei"
PONTO 2 – Informação da Divisão Desporto, Cultura, Turismo e Educação, n.º
27/2010, sobre o assunto: "VI Quinzena do Teatro" – para conhecimento:





(Continuação da acta nº22/2010, de 05 de Novembro de 2010)
alínea a) do art.º 44 do Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro
Após análise do ofício, os membros com direito a voto aprovaram por unanimidade, as
clausulas contratuais referentes ao financiamento de empréstimo a Longo Prazo - Até €
540.000,00 para aquisição de um "Pavilhão Multifunções"
Retomou aos trabalhos O Vereador António Jorge Martins Tavares
PONTO 6 – 4.ª Alteração do Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano
financeiro de 2010 - para conhecimento:
A Câmara tomou conhecimento, da 4.ª Alteração ao Orçamento e Grandes Opções do
Plano para o ano de 2010, cuja proposta importa na despesa, com reforços e anulações no
valor de € 96.500,00 (noventa e seis mil e quinhentos euros)
PONTO 7 – Informação da Divisão de Urbanismo Planeamento Obras Municipais
e Ambiente, n.º 30/UPA, sobre o assunto: "Grande Rota do Zêzere" – para deliberação;
Foi presente ao Executivo Camarário informação da Divisão e Urbanismo Planeamento
Obras Municipais e Ambiente sobre o assunto mencionado em epígrafe cujo texto se passa a
transcrever:
"Informação: 30/UPA
Data: 02-11-2010
Assunto: "Grande Rota do Zêzere"
Na sequência da reunião realizada em 28/10/2010, no Municipio de Figueiró dos
Vinhos, onde estiveram reunidos os municípios de Pampilhosa, Sertã, Oleiros. Castanheira de
Pêra, Figueiró dos Vinhos, Ferreira do Zêzere, Pedrógão Grande, Vila de Rei e a ADXTUR,
entidade promotora do projecto "Grande Rota do Zêzere", com o objectivo de apresentar a
seguinte proposta:
Dado que o projecto "Grande Rota do Zêzere" é um projecto comum a todos os

municipios e a sua aplicabilidade e funcionalidade depende de todos os municipios
interessados, propuseram a existência de um protocolo entre os municípios de modo a que
quem laçaria o concurso seria o Municipio de Figueiró dos Vinhos e seria este município o
responsável pela implementação deste grande e ambicioso projecto
De modo a dar cumprimento a todos os procedimentos legais, propõem-se:
Que o executivo aprove o protocolo que segue em anexo;
No caso do mesmo ser aprovado que nomeie o representante para a sua assinatura;
Aprove o projecto final da "Grande Rota do Zêzere"e seus constituintes, no que se
refere a sua implementação na área geográfica do concelho de Vila de Rei
À consideração superior,"
Após análise da informação supra mencionada, o Executivo Camarário, aprovou por
unanimidade os Protocolos com a ADXTUR e o Municipio de Figueiró do Vinhos, a
representante do executivo nomeado será a Sr.ª Presidente da Câmara. O executivo aprovou
ainda por unanimidade o projecto de execução final da "Grande Rota do Zêzere" bem como
todos os seus constituintes que se referem à área geográfica do concelho de Vila de Rei
PONTO 8 – Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, Secção de Pessoal e
Acção Social n.º 069/Acção Social/10, sobre o assunto: "IV Concursos de Presépios" –
para deliberação;
A Câmara aprovou por unanimidade, as normas e os elementos do Júri relativamente
ao "IV Concursos de Presépios"
PONTO 9 – Informação da Divisão de Urbanismo Planeamento Obras Municipais
e Ambiente, n.º 29/UPA, sobre o assunto: "PROT – Centro – Plano Regional de
Ordenamento do Território - Centro" – para deliberação;
Foi presente ao Executivo Camarário informação da Divisão e Urbanismo Planeamento
Obras Municipais e Ambiente sobre o assunto mencionado em epígrafe cujo texto se passa a

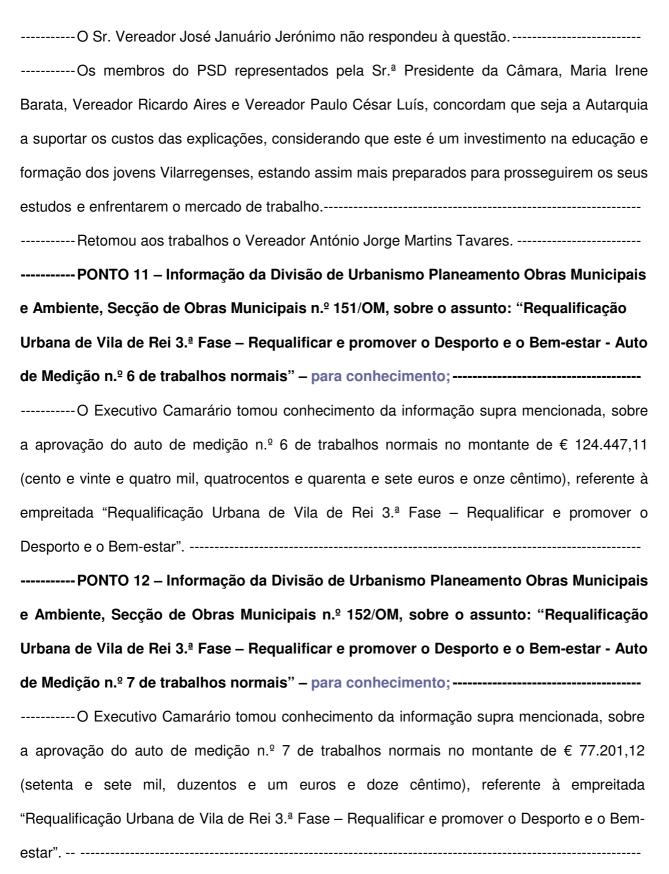


(Continuação da acta nº22/2010, de 05 de Novembro de 2010)
transcrever:
"Informação: 29/UPA
Data: 27-09-2010
Assunto: "PROT - Centro – Plano Regional de Ordenamento do Território - Centro"
Uma vez que se encontra na fase de discussão pública o PROT - C, de acordo com o
Aviso n.º 18463/2010, publicado no D.R. 2.ª Série, de 20 de Setembro de 2010, a proposta do
Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C), durante 44 dias, de 28 de
Setembro a 30 de Novembro de 2010
Da análise efectuada ao plano apresentam-se os seguintes pontos:
No que se refere ao ponto II.1 – rede para a criação e transferência de conhecimento e
tecnologia - Rede de Centros de Apoio Tecnológico (CAT), estruturas desenvolvidas a partir
dos Institutos Politécnicos - Vila de Rei não se encontra inserida nesse ponto, sabendo que
actualmente o Municipio de Vila de Rei, têm protocolo com 3 instituições de ensino superior
estando a ser leccionados neste concelho cursos de especialização tecnológica, tendo já
passado por este município cerca de 130 alunos nos diferentes Politécnicos, (Instituto
Politécnico de Portalegre, Instituto Politécnico de Leiria e Escola Superior de Turismo do Estoril)
razão pela qual Vila de Rei deverá estar no Pólo de Educação. Bem como deverá informar-se
que no presente ano lectivo já reabriu o ensino secundário na área de cientifica (Curso
Cientifico – Humanísticos de Ciências e Tecnologias)
No que se refere ao item II.3 - Sistemas de acessibilidades e Transportes - Não
contempla a ligação de Vila de Rei ao IC.3; - o troço de ligação de Vila de Rei a Ferreira do
Zêzere dando continuidade ao troço já construído de Ferreira do Zêzere ao IC3. A construção
deste troço por Vila de Rei, irá em muito beneficiar não só o concelho de Vila de Rei, mas
também toda a região, uma vez que a estrada Nacional n.º 2 foi reabilitada e é uma estrada

fundamental de ligação entre o IC8 e a A23. De referir ainda que ficara a obra muito mais
económica se esta ligação for construída por Vila de Rei, visto serem menos cerca de 15 km.
Deverá este traçado ser contemplado no eixo Fundão Tomar, ou seja no ponto 3.2.3 dos
sistemas de acessibilidades e transportes
No Âmbito da Saúde e da Acção Social, não se encontra no PROT nada de concreto
para Vila de Rei, quando temos já construídos e em funcionamento seis lares de idosos (Lar da
Santa Casa da Misericórdia, Casa do Idoso, Centro Dia "Família Dias Cardoso, Centro de
Acolhimento de S. João do Peso, Lar da Nossa Senhora da Graça e Casa dos Avós) e uma
Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Vila de Rei, temos ainda
mais duas entidades que pretendem construir mais três lares de apoio a 3.ª idade (dois
particulares e a Liga dos Combatentes). É igualmente de referir que existe igualmente a
Fundação (Fundação João e Fernanda Garcia) que irá dar resposta a uma série de problemas
sociais, alguns únicos a nível da região centro
Face ao exposto entende-se que para este concelho deverá constar de futuro como
cluster da 3.ª Idade
Relativamente à edificabilidade em solo rural que vem definida no ponto 4.3 – Normas
Especificas de Base Territorial, nomeadamente no 4.3.1 Normas de Planeamento e Gestão
Territorial, á que denunciar que para a realidade do concelho de Vila de Rei 4 hectares, é
impossível alguém poder construir esse tipo de edificação, pois o território do concelho é
caracterizado pelo micro-fundio (elevado parcelamento do território),·
Bem como não se admite a área mínima de 4 ou 2 hectares, localizada em áreas fora
dos perímetros urbanos, pois não existem parcelas com tais áreas no Concelho:
Em relação ao prazo máximo de um ano para os PDM se adaptarem ao PROT-C,
tendo em conta o tempo que leva a revisão e alteração do Plano Director Municipal entende-se .
que tal prazo é muito diminuto.



(Continuação da acta nº22/2010, de 05 de Novembro de 2010)
Relativamente aos limites do concelho, à que salientar que o limite deste concelho com
o concelho de Mação encontra-se para resolução da Assembleia da Republica. No entanto é
fundamental que o Castro de S. Miguel, de uma vez por todas, que é monumento nacional bem
como de interesse Municipal do concelho de Vila de Rei, assim como deverão ser respeitados
os limites com o concelho de Mação do tratado de 6 de Julho de 1888, que segue em anexo
Face ao Exposto e salvo melhor opinião, submete-se a consideração superior que a
presente informação seja enviada para deliberação do executivo e que caso aprovem estas
reclamações, as mesmas sejam enviadas para a CCDR
À consideração superior,"
O Executivo Camarário aprovou por unanimidade, as reclamações ao PROT - Centro e
que as mesmas deveram ser enviadas para a CCDR e ANMP
PONTO 10 – Oficio da Associação de Pais e encarregados de Educação dos
,
Alunos do Agrupamento de Escolas de Vila de Rei, sobre o assunto: "Ensino Secundário
Alunos do Agrupamento de Escolas de Vila de Rei, sobre o assunto: "Ensino Secundário
Alunos do Agrupamento de Escolas de Vila de Rei, sobre o assunto: "Ensino Secundário em Vila de Rei - Explicações" – para deliberação;
Alunos do Agrupamento de Escolas de Vila de Rei, sobre o assunto: "Ensino Secundário em Vila de Rei - Explicações" – para deliberação;
Alunos do Agrupamento de Escolas de Vila de Rei, sobre o assunto: "Ensino Secundário em Vila de Rei - Explicações" – para deliberação;
Alunos do Agrupamento de Escolas de Vila de Rei, sobre o assunto: "Ensino Secundário em Vila de Rei - Explicações" – para deliberação;
Alunos do Agrupamento de Escolas de Vila de Rei, sobre o assunto: "Ensino Secundário em Vila de Rei - Explicações" – para deliberação; ————————————————————————————————————
Alunos do Agrupamento de Escolas de Vila de Rei, sobre o assunto: "Ensino Secundário em Vila de Rei - Explicações" – para deliberação; ————————————————————————————————————
Alunos do Agrupamento de Escolas de Vila de Rei, sobre o assunto: "Ensino Secundário em Vila de Rei - Explicações" – para deliberação; ————————————————————————————————————
Alunos do Agrupamento de Escolas de Vila de Rei, sobre o assunto: "Ensino Secundário em Vila de Rei - Explicações" – para deliberação; ————————————————————————————————————





(Continuação da acta nº22/2010, de 05 de Novembro de 2010)
PONTO 13 – E-mail do Deputado Carlos São Martinho sobre a decisão da Sr.
Ministra da Saúde relativamente aos cuidados de saúde hospitalar da população do
concelho de Vila de Rei – para conhecimento;
A Câmara Tomou conhecimento referente ao assunto em epigrafe
<u>FORA DA ORDEM DO DIA</u>
PONTO 1 – Protocolo de Colaboração entre a Verde Forte – Energias Renováveis
Lda., e a Município de Vila de Rei – para deliberação;
O Executivo Camarário aprovou por unanimidade referido protocolo, com a condição
de que fosse acrescida uma alínea com o seguinte texto: "Caso o PT existente necessite de
qualquer alteração técnica a execução das mesmas, para a adaptabilidade ao fim que se
pretende, ficará a cargo da Verde Forte."
ENCERRAMENTO DA REUNIÃO
E não havendo mais nada a tratar - e referindo que todos os documentos
apresentados na presente reunião de Câmara se dão como integralmente transcritos -, foi
dada por finda a reunião pela Sr.ª Presidente da Câmara, eram cerca de 10.54h, da qual, para
constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que será assinada pela Sr.ª Presidente da
Câmara Maria Irene da Conceição Barata Joaquim e por mim, Ana Lúcia Mateus Francisco,
Assistente Técnica que a secretariei e processei em computador